

SIDNEY GUERRA

O SISTEMA INTERAMERICANO  
DE PROTEÇÃO DOS

**DIREITOS  
HUMANOS**

E O CONTROLE DE  
CONVENCIONALIDADE

2ª Edição - Curitiba - 2019

**Instituto Memória Editora**

CENTRO DE ESTUDOS DA CONTEMPORANEIDADE

© Todos os direitos reservados

**Instituto Memória Editora & Projetos Culturais**

Rua Deputado Mário de Barros, 1700, Cj. 305, Juvevê

CEP 80.530-280 – Curitiba/PR.

Central de atendimento: (41) 3016-9042

[www.institutomemoria.com.br](http://www.institutomemoria.com.br)



**Editor: Anthony Leahy**

**Projeto Gráfico: Barbara Franco**

**Revisão final realizada pelo próprio autor**

**ISBN: 978-85-5523-314-2**

**GUERRA, S.**

O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o controle de convencionalidade. Sidney Guerra. Curitiba: Instituto Memória. Centro de Estudos da Contemporaneidade, 2019.

438 p.

1. Direito Internacional Público. 2. Direitos Humanos.  
I. Título.

CDD: 340

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>53</b>
------------------------	-----------

## PARTE I

### A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES GERAIS.....</b>	<b>57</b>
<b>2</b>	<b>PRINCÍPIOS DA OEA.....</b>	<b>67</b>
<b>3</b>	<b>MEMBROS.....</b>	<b>69</b>
<b>4</b>	<b>DIREITOS E DEVERES.....</b>	<b>72</b>
<b>5</b>	<b>A ESTRUTURA ORGÂNICA DA OEA.....</b>	<b>74</b>
5.1	ASSEMBLEIA GERAL.....	74
5.2	REUNIÃO DE CONSULTA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES.....	75
5.3	CONSELHOS (CONSELHO PERMANENTE E CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL)77	
5.3.1	Conselho Permanente.....	77
5.3.2	Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI).....	78
5.4	COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA.....	79
5.5	COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS79	
5.6	SECRETARIA-GERAL.....	80
5.7	CONFERÊNCIAS ESPECIALIZADAS.....	81
5.8	ORGANISMOS ESPECIALIZADOS.....	82



5.8.1	Organização Pan-Americana da Saúde.....	82
5.8.2	Instituto Interamericano da Criança.....	82
5.8.3	Comissão Interamericana de Mulheres.....	83
5.8.4	Instituto Pan-Americano de Geografia e História.....	83
5.8.5	Instituto Indigenista Interamericano.....	83
5.8.6	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura ...	84

## PARTE II

### O SISTEMA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO CONTINENTE AMERICANO

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES GERAIS.....</b>	<b>85</b>
<b>2</b>	<b>A ESTRUTURA NORMATIVA DO SISTEMA AMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>94</b>
2.1	A CARTA DA OEA.....	96
2.2	A DECLARAÇÃO AMERICANA DOS DIREITOS E DEVERES DO HOMEM.....	99
2.3	A CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	103
2.4	OUTROS INSTRUMENTOS REGIONAIS DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	127
2.4.1	Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador) .....	127
2.4.2	O Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos referente à Abolição da Pena de Morte.....	127
2.4.3	A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher ("Convenção de Belém do Pará").....	128



2.4.4	A Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas.....	128
2.4.5	Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.....	129
2.4.6	A Carta Democrática Interamericana.....	129
2.4.7	Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão....	130
2.4.8	Princípios e Melhores Práticas para a Proteção de Pessoas Privadas de Liberdade nas Américas.....	130
<b>3</b>	<b>OS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA AMERICANO.....</b>	<b>132</b>
3.1	A COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.....	132
3.2	A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	148

## **PARTE III**

### A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO NO SISTEMA INTERAMERICANO

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES GERAIS.....</b>	<b>179</b>
<b>2</b>	<b>A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO EM MATÉRIA DE DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>190</b>
<b>3</b>	<b>A IMPERATIVIDADE DAS DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E DESDOBRAMENTOS PARA O ESTADO BRASILEIRO... </b>	<b>199</b>

## PARTE IV

# CASOS QUE ENSEJARAM A CONDENAÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA NO BRASIL NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES GERAIS</b> .....	205
<b>2</b>	<b>CASO DAMIÃO XIMENEZ LOPES</b> .....	207
2.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	207
2.2	AÇÕES NA JURISDIÇÃO INTERNA.....	209
2.3	A DEMANDA INTERNACIONAL.....	211
2.3.1	Na comissão.....	211
2.3.2	Na corte.....	212
2.4	A CONDENAÇÃO.....	218
<b>3</b>	<b>CASO ESCHER</b> .....	220
3.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	220
3.2	NA COMISSÃO.....	223
3.3	NA CORTE.....	224
3.4	A CONDENAÇÃO.....	239
<b>4</b>	<b>CASO SÉTIMO GARIBALDI</b> .....	241
4.1	O CONTEXTO FUNDIÁRIO.....	241
4.2	O CASO NA JURISDIÇÃO INTERNA.....	243
4.3	PROCEDIMENTOS DA JURISDIÇÃO INTERNACIONAL	245
4.3.1	Na comissão.....	245
4.3.2	Na corte.....	246
<b>5</b>	<b>CASO GOMES LUND E OUTROS (“GUERRILHA DO ARAGUAIA”)</b> .....	261



5.1	A GUERRILHA.....	261
5.2	PROCESSOS NA JURISDIÇÃO INTERNA.....	262
5.3	O CASO NO ÂMBITO INTERNACIONAL.....	264
5.4	SENTENÇA CONDENATÓRIA – DAS EXCEÇÕES PRELIMINARES ARGUIDAS PELO ESTADO BRASILEIRO, AS OPOSIÇÕES DA COMISSÃO E O PARECER DA CORTE.....	266
5.5	A CONDENAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO.....	270
5.6	ALGUNS PONTOS EM ABERTO.....	273
5.7	A ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL N. 153.....	278
<b>6</b>	<b>CASO TRABALHADORES DA FAZENDA BRASIL VERDE.....</b>	<b>280</b>
6.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	280
6.2.	A ORDEM JURÍDICA ESTATAL.....	282
6.2.1	Legislação interna aplicável neste campo temático (breves considerações) .....	283
6.3	A FAZENDA BRASIL VERDE E FATOS PRELIMINARES	284
6.3.1	As denúncias apresentadas em dezembro de 1988 e janeiro de 1989.....	284
6.3.2	A visita à Fazenda Brasil Verde em 1989.....	285
6.3.3	A denúncia e as diversas ações ao longo dos anos.....	286
6.4	O CASO NO SISTEMA AMERICANO.....	288
6.4.1	Na comissão.....	288
6.4.2	Na corte.....	292
6.5	A CONDENAÇÃO.....	298
<b>7</b>	<b>CASO COSME ROSA GENOVEVA, EVANDRO DE OLIVEIRA E OUTROS (FAVELA NOVA BRASÍLIA).....</b>	<b>301</b>
7.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	301
7.2	AÇÕES NA JURISDIÇÃO INTERNA.....	302

7.2.1	Os fatos.....	302
7.2.2	As investigações sobre a incursão policial ocorridas em 1994.....	303
7.2.3	As investigações sobre a incursão policial de 8 de maio de 1995.....	306
7.3	O CASO NO SISTEMA INTERAMERICANO.....	307
7.3.1	Na comissão.....	307
7.3.2	Na corte.....	311
7.4	A CONDENAÇÃO.....	314
<b>8</b>	<b>CASO PUEBLO INDÍGENA XUCURU E SEUS MEMBROS.....</b>	<b>319</b>
8.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	319
8.2	AÇÕES NA JURISDIÇÃO INTERNA.....	319
8.3	A DEMANDA NO SISTEMA INTERAMERICANO.....	321
8.3.1	Na comissão.....	321
8.3.2	Na corte.....	323
<b>9</b>	<b>CASO VLADMIR HERZOG.....</b>	<b>326</b>
9.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	326
9.2	AÇÕES REALIZADAS NO PLANO INTERNO.....	328
9.3	O CASO NO SISTEMA AMERICANO.....	331
9.3.1	Na comissão.....	331
9.3.2	Na corte.....	334

## PARTE V

### O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES GERAIS.....</b>	<b>339</b>
----------	----------------------------------	------------



<b>2</b>	<b>APLICABILIDADE DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NO PLANO INTERNO.....</b>	<b>356</b>
<b>3</b>	<b>OS DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E A VERIFICAÇÃO DE CONVENCIONALIDADE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....</b>	<b>366</b>
<b>4</b>	<b>O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE.....</b>	<b>381</b>
<b>5</b>	<b>O DESPRESTÍGIO DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE POR PARTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....</b>	<b>391</b>
<b>6</b>	<b>A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: O NÚCLEO FUNDAMENTADOR E CRITÉRIO VALORATIVO PARA APLICAÇÃO DA NORMA MAIS PROTETIVA.....</b>	<b>396</b>
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>403</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>407</b>
	<b>ANEXO: MODELO.....</b>	<b>415</b>